

**ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

FUNDAÇÃO MARIA EDUARDA VASQUES DA CUNHA DE EÇA

ANO : 2024

Handwritten signature and text, possibly including 'Fundação Maria Eduarda Vasques da Cunha de Eça' and '2024'.

Handwritten mark or signature.

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: FUNDAÇÃO MARIA EDUARDA VASQUES DA CUNHA DE EÇA

Sede social: Largo Dr Pereira das Neves, Nº7, Figueira da Foz

Atividade Principal: Atividades de apoio social sem alojamento, para pessoas idosas.

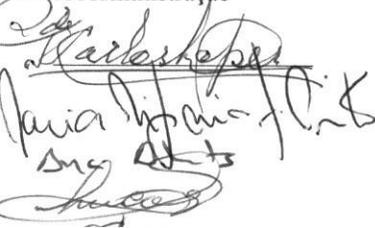
Atividades Secundárias: Agricultura, Silvicultura e Arrendamento de Imóveis.

Fundação Privada reconhecida como IPSS e como Instituição de Utilidade Pública, com o número de identificação de pessoa colectiva 513645250.

A Fundação foi reconhecida como Fundação e IPSS entre os meses de Agosto e Setembro de 2015. O reconhecimento como Fundação foi emitido por Despacho do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares no dia 10 de Agosto de 2015, publicado na Segunda Série do Diário da República de 25 de Agosto de 2015. Como IPSS e Instituição de Utilidade Pública a Fundação foi registada no dia 25 de Setembro de 2015 pela inscrição nº11/15, a fls 88 verso 89 e 89 verso do Livro nº 7 das Fundações de Solidariedade Social, considerando-se efectuado em 10/8/2015 nos termos do nº 3 do artigo 9º do regulamento acima citado.

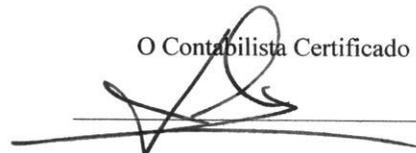
Desde a sua constituição em 2007 que a Fundação exerce, fundamentalmente, as atividades secundárias, uma vez que só é reconhecida em 2015. Em 2017, no sentido de iniciar o desenvolvimento da sua atividade principal, a Fundação adquiriu um imóvel na Figueira da Foz (Casa das Pestanas) e beneficiou da doação de um outro imóvel (Quinta Nossa Senhora da Guia), também na Figueira da Foz, tendo iniciado a atividade social. Desde 2018 que têm sido realizadas obras no imóvel Casa das Pestanas de forma a prepará-lo para o desenvolvimento da atividade social da Fundação. Face à situação pandémica, o Conselho de Administração optou por interromper as obras no decurso de 2020. No fim de 2023 verificou-se que se torna imprescindível a realização de obras de intervenção no telhado deste edifício. Este procedimento irá atrasar a realização da actividade social que estava prevista. No decurso de 2024 foram efectuados pedidos de Orçamento para realização destas Obras; no decorrer de 2025 prevê-se que estejam reunidas condições para concretização dos trabalhos.

A Administração



2

O Contabilista Certificado



2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), mais especificamente foi utilizada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Não existiram quaisquer derrogações às disposições do SNC-ESNL.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

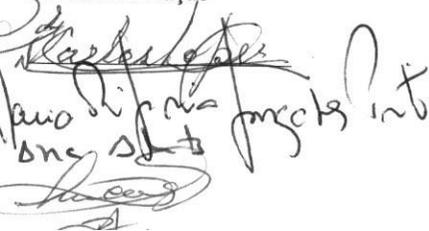
- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Não há eventos materialmente relevantes após a data do balanço.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Não se verificaram transações em moeda estrangeira.

A Administração



O Contabilista Certificado



- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos fixos tangíveis atribuídos a título gratuito foram mensurados ao justo valor, sendo que a quantia assim apurada corresponde ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento e tem como contrapartida os "fundos" ou "Outras variações nos fundos patrimoniais".

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o proventos líquidos da alienação e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Principais Rubricas AFT	Vidas úteis
Edifícios e Out. Construções	Entre 20 e 50 anos
Equipamento Básico	Entre 4 e 8 anos
Equipamento de Transporte	Entre 6 e 8 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 6 anos
Outros Ativos Tangíveis	Entre 3 e 8 anos

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

No caso dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, a Fundação amortiza os mesmos num período máximo de 10 anos.

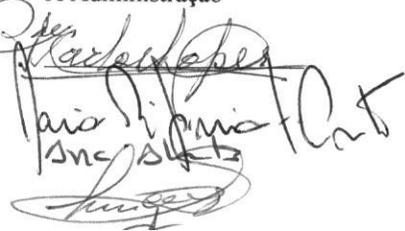
- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência significativa sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data de aquisição, é considerado "Goodwill", sendo reconhecido no ativo. O "Goodwill" será amortizado pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado. Não sendo

A Administração

O Contabilista Certificado




possível estimar a sua vida útil, a Fundação amortizará o "Goodwill" tendo por base o período de 10 anos de vida útil. Caso a diferença seja negativa ("Goodwill negativo"), é reconhecido na demonstração de resultados à data da sua realização.

Quando a proporção da Entidade nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Entidade tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do art 10º do Código do IRC (CIRC), estando cumpridos os requisitos do nº 3 do art 10º do CIRC. A entidade é sujeita a tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC aplicáveis às entidades que não exercem a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21,00% sobre os rendimentos empresariais derivados das atividades comerciais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários. Em 2024 e 2023 não houve rendimentos fora do âmbito dos fins estatutários.

- Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor realizável líquido, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade de inventários.

Os produtos acabados e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e créditos a receber

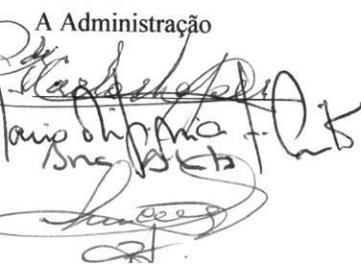
As contas de "Clientes" e "Créditos a receber" estão reconhecidas pelo custo diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários com vencimento inferior a três meses para os quais os riscos de alteração de valor não são significativos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores encontram-se mensuradas pelo método do custo, sendo registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

A Administração


- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica, sendo que serão capitalizados se forem diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, situação que não se verificou nos períodos de 2024 e 2023.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda de produto acabado, e prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Os rendimentos da venda de produto acabado e dos serviços prestados são reconhecidos na data da venda ou da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Juros e rendimentos similares obtidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos Fundos Patrimoniais". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Provisões

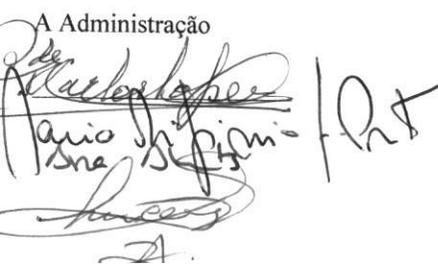
As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem: i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Entidade divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

- Ativos e Passivos Contingentes

A Entidade não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

A Administração


O Contabilista Certificado


Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

- Principais julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, justo valor e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e estimativas de encargos com o pessoal.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

- Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

- Principais fontes de incerteza

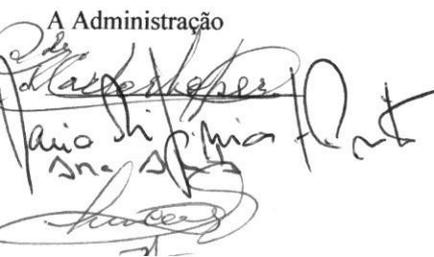
As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.2 Alterações nas estimativas contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram alterações relevantes nas estimativas contabilísticas da entidade.

3.3 Correção de erros de períodos anteriores

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram correções por erros de períodos anteriores que sejam materialmente relevantes.

A Administração


O Contabilista Certificado


4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Ano 2024

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
Valor bruto no início	6.070.629,98	664.412,92	768.022,87	33.519,40	6.945,31	7.611,32	565.680,99	8.116.822,79
Depreciações acumuladas	5.732,07	309.398,74	518.942,78	22.832,90	6.945,31	7.611,32	0	871.463,12
Saldo no início do período	6.064.897,91	355.014,18	249.080,09	10.686,50			565.680,99	7.245.359,67
Aquisições em primeira mão			13.255,50		417,11		20.683,95	34.356,56
Depreciações do período	2.974,21	18.619,29	17.601,52	3.620,22	139,02			42.954,26
Transf. Amort Acumuladas								0,00
Alienações - V Aquisição	(44.470,00)							(44.470,00)
Alienações - V Amort. Ac								0,00
Transferências	12.640,53		3.642,00				(16.282,53)	0,00
Saldo no fim do período	6.030.094,23	336.394,89	248.376,07	7.066,28	278,09	0,00	570.082,41	7.192.291,97
Valor bruto no fim do período	6.038.800,51	664.412,92	784.920,37	33.519,40	7.362,42	7.611,32	570.082,41	8.106.709,35
Depreciações acumuladas no fim do período	8.706,28	328.018,03	536.544,30	26.453,12	7.084,33	7.611,32	0,00	914.417,38
	6.030.094,23	336.394,89	248.376,07	7.066,28	278,09	0,00	570.082,41	7.192.291,97

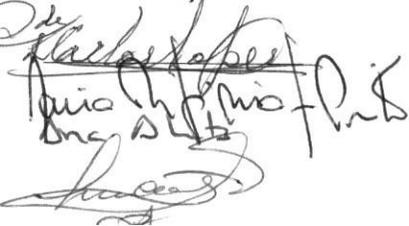
Durante o exercício de 2024 as aquisições de Ativos Fixos Tangíveis respeitam à aquisição bens de investimento indicados no quadro abaixo:

Obras na Quinta da Coada (R7068)	12 640,53 €
Grande Reparação Pivot Rega	3 642,00 €
Grade Discos Galucho	13 255,50 €
Impressora Brother Multifunções	417,11 €
Obras na Casa das Pestanas (em Curso)	4 401,42 €
Total Aquisições AFT 2024	34 356,56 €

A Fundação possui na Quinta da Guia dois artigos rústicos e um Urbano cujo usufrutuário é o Sr Padre Carlos Lopes, Presidente da Fundação. O valor líquido atual destes imóveis totaliza 269.848,76 €.

Em 2024 a Fundação alienou quatro Terrenos Rústicos que não estavam a ser explorados (Bicanho, Cabeça Gorda e duas Terras de Cultura –Ribeira Cima). O seu valor contabilístico global era de 44.470 €.

A Administração



8

O Contabilista Certificado



Quadro comparativo (2023):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
Valor bruto no início	6 054 741,56	660 331,63	742 591,85	33 519,40	7 567,41	9 261,39	567 695,87	8 075 709,11
Depreciações acumuladas	3 979,85	290 881,48	523 999,12	19 212,68	7 567,41	9 261,39		854 901,93
Saldo no início do período	6 050 761,71	369 450,15	218 592,73	14 306,72			567 695,87	7 220 807,18
Aquisições em primeira mão	13 196,98	4 081,29	65 051,73				676,56	83 006,56
Depreciações do período	2 193,87	18 517,26	28 999,52	3 620,22				53 330,87
Transf. Amort Acumuladas	257,63	(100,00)	(157,63)					0,00
Alienações - V Aquisição			(39 620,71)		(622,10)	(1 650,07)		(41 892,88)
Alienações - V Amort Ac			34 497,51		622,10	1 650,07		36 769,68
Transferências	2 691,44						(2 691,44)	0,00
Saldo no fim do período	6 064 198,63	355 114,18	249 679,37	10 686,50	0,00	0,00	565 680,99	7 245 359,67
Valor bruto no fim do período	6 070 629,98	664 412,92	768 022,87	33 519,40	6 945,31	7 611,32	565 680,99	8 116 822,79
Depreciações acumuladas no fim do período	6 431,35	309 298,74	518 343,50	22 832,90	6 945,31	7 611,32	0,00	871 463,12
	6 064 198,63	355 114,18	249 679,37	10 686,50	0,00	0,00	565 680,99	7 245 359,67

4.2. Divulgações sobre propriedades de investimento

Em 31 de Dezembro de 2024 o detalhe da rubrica propriedades de investimento é como se segue:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	TOTAL
Valor Bruto no início do período	153.412,00	69.920,00	223.332,00
Depreciações Acumuladas	-	17.829,58	17.829,58
Saldo no início do período	153.412,00	52.090,42	205.502,42
Total de aumentos	-	-	-
Alienações no período (Val. AA)			-
Transferências de Prop. de Investimento p/AFT (Val AA)			-
Total diminuições	-	1.048,80	1.048,80
Alienações no período	-		-
Depreciações do período		1.048,80	1.048,80
Transferências de Prop. de Investimento p/AFT (Val Aquis.)			-
Transferências de AFT para AFT em curso (Val Aquis.)- correcção			-
Saldo no final do período	153.412,00	51.041,62	204.453,62
Valor Bruto no fim do período	153.412,00	69.920,00	223.332,00
Depreciações Acumuladas	-	18.878,38	18.878,38

A Administração

[Handwritten signature]
 Apoio administrativo
 Ana

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

Quadro comparativo (2023):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	TOTAL
Valor Bruto no início do período	153 412,00	69 920,00	223 332,00
Depreciações Acumuladas	-	16 780,78	16 780,78
Saldo no início do período	153 412,00	53 139,22	206 551,22
Total de aumentos	-	-	-
Alienações no período (Val. AA)			-
Transferências de Prop. de Investimento p/AFT (Val AA)		-	-
Total diminuições	-	1 048,80	1 048,80
Alienações no período	-		-
Depreciações do período		1 048,80	1 048,80
Transferências de Prop. de Investimento p/AFT (Val Aquis.)			-
Transferências de AFT para AFT em curso (Val Aquis.)- correção			-
Saldo no final do período	153 412,00	52 090,42	205 502,42
Valor Bruto no fim do período	153 412,00	69 920,00	223 332,00
Depreciações Acumuladas	-	17 829,58	17 829,58

Em 2024 não foram efectuadas aquisições e alienações de Propriedades de Investimento.

A nível de apresentação, no balanço, as Propriedades de Investimento são apresentadas como Ativos Fixos Tangíveis.

Há a assinalar que existem avaliações externas de peritos independentes para imóveis apresentados em propriedades de investimento, com base nos quais se verifica que os respectivos justos valores são superiores ou iguais às respectivas quantias escrituradas. Neste contexto é convicção da Administração que os valores escriturados na rubrica de propriedades de investimento são recuperáveis.

A Administração

Magalhães
Luís Hipólito
Luís

10

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

5 - Ativos intangíveis**5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:**

Em 31 de Dezembro de 2024 (e 2023):

Descrição	Programas de computador	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS		
Valor bruto total no fim do período	2 348,00	2 348,00
Amortizações acumuladas totais no fim do período	2 348,00	2 348,00
VIDA ÚTIL INDEFINIDA		
Saldo no início do período		
Valor líquido no fim do período		
VIDA ÚTIL DEFINIDA		
Valor bruto no início	2 348,00	2 348,00
Amortizações acumuladas	2 348,00	2 348,00
Saldo no início do período		
Variações do período		
Total de aumentos		
Total diminuições		
Transferência por Desreconhecimento		
Saldo no final do período		

6 – Gastos de empréstimos suportados**6.1. Gastos de Empréstimos Obtidos**

Descrição	2024	2023
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	905,27	5.367,40
Juros de financiamentos suportados	905,27	5.367,40

A Fundação liquidou todos os seus financiamentos em Junho de 2023. Assim, por não ter recorrido mais a Financiamentos, não houve gastos de empréstimos obtidos em 2024, excepto uma garantia da Garval liquidada posteriormente ao pagamento do financiamento associado.

A Administração

Marcelo...
Maria Hipónia...
Soc. Alts...
Luís...

11

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

7 - Inventários

Os Inventários anuais intermitentes a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 dizem respeito a:

	31-12-2024	31-12-2023
Arroz (para venda) - Produtos Acabados e Intern.	107.156,30	219.837,46
Milho - Produtos Acabados e Intern.	0,00	0,00
Madeira (Ativos Biológicos) - Prod. e Trab. Curso	59.730,67	49.775,56
Outros Consumíveis - Matérias-primas, Sub. Cons.	16.015,18	27.152,27
Perdas por Imparidade - Matérias-primas, Sub. Cons.	(918,70)	0,00
TOTAIS	181.983,45	296.765,29

A Fundação verificou em 2024 que alguns produtos agrícolas não podem ser mais utilizados por restrições e prazos expirados. Assim foi constituída uma imparidade de matérias primas pelo seu valor de aquisição: 918,70 €.

7.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mat. Primas e Subsid.2024	Total Período 2024	Mat. Primas e Subsid.2023	Total Período 2023
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS				
Inventários iniciais	27.152,27	27.152,27	29.625,78	29.625,78
Compras	112.824,48	112.824,48	120.097,62	120.097,62
Reclassificação e regularização de inventários				
Inventários finais	16.015,18	16.015,18	27.152,27	27.152,27
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	123.961,57	123.961,57	122.571,13	122.571,13
OUTRAS INFORMAÇÕES				

A Administração

Handwritten signature: Maria do Carmo F. Reis

12

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant

8.2.

Divulgação da quantia de cada rubrica de Outros Rendimentos reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	2024	2023
Ganhos Suplementares - Venda Energia	1.100,06	0,20
Descontos de Pronto Pagamento	73,68	0,20
Ganhos com Alienação de Act.Fixos Tangíveis e PI	1.145,00	20.228,80
Correcções Exerc.Anteriores	0,60	
Subsídios ao Investimento	2.190,36	7.528,59
Juros Obtidos e Dividendos obtidos	68.909,44	22.315,51
Total	73.419,14	50.073,30

Na Rubrica Outros Rendimentos salientamos os ganhos obtidos com os Juros Obtidos de depósitos bancários.

Foi efectuado o reconhecimento anual e habitual do Subsídio ao Investimento (IFAP) no valor de 951,08 €, relativo a Investimento realizado de 2016 a 2018 (último ano de reconhecimento de quota parte do subsídio). Em 2023 foi atribuído à Fundação um Subsídio ao Investimento no montante de 14.871,60 € para comparticipação do Investimento realizado em Painéis Solares Fotovoltaicos (15.222,03 € de investimento realizado). O valor do subsídio reconhecido em 2024 relativo a este investimento foi de 1.239,28 €.

Em 2024, no âmbito das obras realizadas na Quinta da Coada, Quinta Nossa Senhora da Guia (pequenas manutenções) e Casa das Pestanas, a Fundação recorreu ao seu pessoal, a dois trabalhadores, para execução das mesmas. O montante total relativo a estes Trabalhos para a Própria Entidade totalizou 9.350,75 € (apuramento do custo da mão de obra em função das horas trabalhadas).

9 - Subsídios do Governo e outros apoios das entidades públicas**9.1. Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras**

Os subsídios do governo foram reconhecidos por existir uma garantia suficiente de que estes vão ser recebidos e de que a Fundação cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Em 2024 a Fundação reconheceu na rubrica Subsídios a quantia de 165.418,56 € relativos a subsídios atribuídos, na sua maioria, pelo IFAP; deste valor 140.212,34 € respeitam à campanha agrícola de 2024. Ainda em 2024 foram reconhecidos 25.206,22 € relativos a acertos aos subsídios de 2023, por insuficiência de estimativa desse exercício. Dos subsídios de 2024 estão por receber 32.480,39 € à data de 31 de Dezembro de 2024 sendo expectável que este valor venha a ser recebido no primeiro semestre de 2025.

Em Agosto de 2016 a Fundação celebrou com o IFAP um contrato de apoio ao Investimento. Do Investimento total a que se propôs realizar (159.912,50 €), foram concretizados entre 2016, 2017 e 2018 investimentos totais 154.203,00 €, dos quais 136.380,00 € são elegíveis no âmbito do contrato celebrado; o incentivo concedido para este investimento pelo IFAP foi de 58.890,00 €. A quota parte de subsídio ao Investimento considerada em 2024 foi de 951,08 € e em 2023, o valor imputado foi de 7.115,48 € (incluído na rubrica Outros rendimentos). 2024 foi o último ano de reconhecimento deste subsídio. A contabilização deste apoio foi efectuada de acordo com o descrito no ponto referente às bases de mensuração usadas nas demonstrações financeiras.

No seguimento do contrato celebrado em 2022 com o IFAP de apoio ao Investimento para aquisição de painéis fotovoltaicos, foi realizado um investimento de 15.222,03 € conforme referido no ponto 8.2. O valor do subsídio incluído na rubrica Outros rendimentos, reconhecido em 2024 relativo a este investimento, foi de 1.239,28 € e em 2023 foi de 413,11 €. Nada é devido pelo IFAP relativamente a este subsídio.

A Administração

14

O Contabilista Certificado

Luís Sifreiros
Luís Sifreiros
Luís Sifreiros

[Assinatura]

10 - Impostos sobre o rendimento do período**10.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:**

Descrição	2024	2023
Resultado antes de impostos do período	(435.132,97)	67.320,51
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações Autónomas		

No seguimento de um Pedido de Informação Vinculativa enviado à Autoridade Tributária confirmou-se a isenção de IRC nas atividades desenvolvidas pela Fundação no âmbito dos seus fins estatutários.

11 – Gastos com o Pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da Fundação foi de 4 para o ano de 2024 (três homens e uma mulher), tal como tinha acontecido em 2023.

11.1. Encargos da entidade com o Pessoal

Descrição	2024	2023
Gastos com o pessoal	96.862,63	89.819,08
Remunerações do pessoal	79.107,76	73.122,41
Encargos sobre remunerações	13.487,42	12.761,84
Seguro de acidentes de trabalho	3.548,56	3.247,29
Outros gastos com o pessoal	718,89	687,54

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais**12.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais**

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Outras informações

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os membros dos órgãos sociais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos.

A Administração

Adm. Marques Pereira
Paula Hippis flit
Sny
Luísa

15

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

13 - Fornecimentos e Serviços Externos**13.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos**

Descrição	2024	2023
Subcontratos	28.804,94	32.684,96
Serviços especializados	75.511,29	72.597,34
Trabalhos especializados	42.415,39	35.658,94
Vigilância e segurança	10.899,91	10.043,40
Honorários	939,85	-
Conservação e reparação	2.1220,14	26.685,78
Outros	36,00	209,22
Materiais	1.675,89	2.833,73
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1085,72	1549,19
Material de escritório	470,49	1236,49
Artigos para oferta	19,68	48,05
Energia e fluidos	40.006,40	32.753,41
Electricidade	8.367,38	5.356,28
Combustíveis	31.124,30	26.958,87
Água	366,19	387,26
Outros	148,53	51,00
Deslocações, estadas e transportes	181,25	61,90
Deslocações e estadas	181,25	61,90
Serviços diversos	7.101,67	7.492,36
Comunicação	2.208,54	2.619,95
Seguros	4.249,78	4.061,19
Contencioso e notariado	136,91	55,00
Despesas de representação	432,50	248,00
Limpeza, higiene e conforto	73,94	508,22
Total	153.281,44	148.423,70

14 – Investimentos Financeiros**14.1. Identificar se existem participações entre entidades**

Ano 2024:

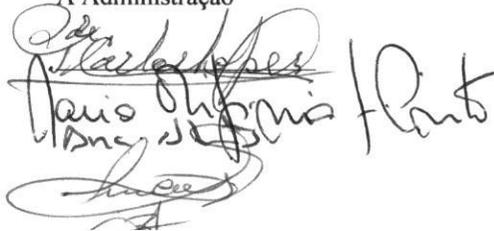
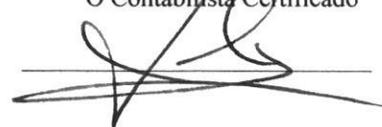
Denominação Entidade Participada	NIF	Método Valorização	V.Nominal	Gasto por aplicação do MEP	Valor Actual da Participação	% Participação	Direito Voto
CUNHA & EÇA, LDA	507188683	Mét.Eq.Patrimonial (MEP)	2.500,00 €	(122.321,89 €)	0,00 €	50,00%	50,00%

A Cunha & Eça aprovou as suas contas em janeiro de 2025 e obteve um Resultado Líquido negativo de 6.916,08 €. Em fevereiro de 2025 a Cunha & Eça recebeu decisão relativa ao Processo Judicial de natureza fiscal que estava em curso. Apesar da Cunha & Eça ir recorrer da decisão, os advogados consideram que há uma elevada probabilidade da decisão não ser revertida na totalidade. Assim, foi apurado pelos juristas responsáveis por este processo, um risco de vir a ser exigida à Cunha & Eça o montante de 1.748.388,58 €. A Fundação detém 50% da Cunha & Eça pelo que a sua quota-parte corresponderá a 874.194,29 €. A participação da Cunha & Eça a 31/12/2024, antes da aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) em 2024 era de 122.321,89 € (incluindo interesses de longo prazo, mais propriamente empréstimo concedido referido na nota 14.3 e prestações suplementares no valor de 23.000€). Como à data da elaboração destas contas se verifica que esta participação está exposta a um risco superior ao seu valor, há que reconhecer por aplicação do MEP

A Administração

16

O Contabilista Certificado

um gasto superior ao resultado da própria empresa, resultado esse equivalente ao seu valor: 122.321,89 €.

Em virtude do interesse da Entidade ter sido reduzido a zero, em 2024, a parte não reconhecida nas perdas da associada Cunha & Eça, para o período de 2024, foi de 751.872,40 euros.

Os gastos relacionados com a aplicação do MEP são relevados, a nível da demonstração dos resultados por naturezas, na rubrica "Outros gastos" (nota 15)

Quadro Comparativo (Ano 2023):

Denominação Entidade Participada	NIF	Método Valorização	V.Nominal	Quota Parte no Res.Liq 2023	Valor Actual da Participação	% Participação	Direito Voto
CUNHA & EÇA, LDA	507188683	Eq.Patrimonial	2.500,00 €	(3 239.91 €)	82.321,89 €	50,00%	50,00%

14.2. Transações entre partes relacionadas

14.2.1. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

O relacionamento atual com a participada CUNHA & EÇA, Lda assume essencialmente a vertente de financiamento e o apoio à gestão.

14.2.2. Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2024 face ao referido no ponto anterior foram constituídas imparidades sobre os saldos existentes em Clientes e Outros Devedores. O total das imparidades constituídas em 2024 foram de 296.789,94 €.

Descrição	Entid. com ctrl conj/IS
SALDOS PENDENTES	
Clientes de Cobrança Duvidosa	174.367,72
Imparidades de Clientes	-174.367,72
Empréstimos concedidos a participadas (coniderados na participação financeira)	40.000,00
Gasto reconhecido relativo ao empréstimo a participadas	-40.000,00
Conta de outros devedores	122.422,22
Imparidades de Outros Devedores	-122.422,22
VALOR DAS TRANSAÇÕES	2.861,42

As transações ocorridas em 2024 e 2023 respeitam a juros debitados à participada.

Quadro comparativo (Ano 2023):

Descrição	Entid. com ctrl conj/IS
SALDOS PENDENTES	
Clientes	171.506,30
Empréstimos concedidos a participadas	40.000,00
Conta de outros devedores	122.422,22
VALOR DAS TRANSAÇÕES	1.366,80

A Administração

17

O Contabilista Certificado

Carla Vasques da Cunha de Eça
Maria Eduarda Vasques da Cunha de Eça
Luís Vasques da Cunha de Eça

[Assinatura]

14.3 . Outras informações sobre participações

Em 02/06/2020, dada a manifesta falta de liquidez da sociedade Cunha & Eça, Lda os sócios deliberaram conceder um empréstimo na forma de suprimentos até ao montante máximo de 100.000,00 €, cabendo à Fundação o montante máximo de 50.000,00 €. A 31/12/2020 a Fundação tinha emprestado à sua participada a quantia de 40.000,00 €. Este empréstimo em 2021 foi transferido da rubrica Outros Devedores para a rubrica de Investimentos Financeiros, empréstimos concedidos a Associadas, sendo que em termos de balanço o mesmo se encontra relevado na rubrica "Outros créditos e ativos não correntes" em 2023. Em 2024, face ao já referido no ponto 14.1 foi reconhecido um gasto igual a este montante.

Os suprimentos concedidos vencem juros anualmente de acordo com as condições contratuais; em 2024 apenas foram reconhecidos juros de suprimentos relativamente ao 1º semestre do ano, no valor de 1.422,89€. Este valor em 2023 foi de 2.116,31 €.

15 – Outros Gastos

A repartição dos Outros Gastos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Outros Gastos	2024	2023
Impostos	1.703,60	1.849,10
Aplicação do MEP (nota 14.1)	122.321,89	3.239,91
Correções de Exercícios Anteriores	500,00	493,19
Perdas em Alienações PI	28.615,00	-
Outros gastos	0,02	100,12
Total	153.140,51	5.682,32

16 – Estado e outros entes públicos

Todos os impostos foram pagos nos prazos legais, quer às Finanças, quer à Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, os saldos relativos a Estado e outros entes públicos decompõem-se como segue:

	2024		2023	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC			1.437,50	
Impostos s/ rendimento - IRS		1.003,43		1.506,26
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	49.030,84		33.293,65	
Contribuições p/ segurança social		1.468,14		1.312,30
Outros impostos				
	49.030,84	2.471,57	34.731,15	2.818,56

A Administração

18

O Contabilista Certificado

Adm
Slas...
Maria...
Cont

[Handwritten Signature]

17 – Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, os saldos relativos a créditos a receber decompõem-se como segue:

Outros Créditos a Receber (Corrente)	2024	2023
Outros Devedores	154.902,61	232.619,77
Imparidades - Outros Devedores	(122.422,22)	
Devedores por Acréscimo Rendimentos	17.117,01	18.951,33
Fornecedores	-	-
Clientes	196.050,47	171.506,30
Imparidades - Clientes	(174.367,72)	
Outros Créditos a receber	71.280,15	423.077,40

Quando comparamos a rubrica Outros devedores em 31 de Dezembro de 2024 com o ano anterior ressaltam as imparidades constituídas em Clientes e Outros devedores no total de 296.789,94 € conforme já referido no ponto 14.

Há semelhança dos anos anteriores a rubrica Outros devedores inclui o valor a receber em 2025 do IFAP relativo à campanha agrícola: 32.480,39 €. Comparativamente em 2023 os principais valores apresentados em Outros devedores eram: Cunha & Eça Lda 122.422,22 € e o IFAP 110.197,55 €.

A 31/12/2024 a Fundação possui aplicações financeiras sob a forma de depósitos a prazo no valor 2.260.000,00 € que vencem juros. Os juros de 2024 a receber em 2025 relativos a estes depósitos totalizam 18.443,42 € (em 2023 eram 17.117,01 €).

Como referido na nota 14.3 os suprimentos concedidos à Cunha & Eça Lda, apesar de vencem juros anualmente, não se efectuou a especialização dos juros que vencem em Junho de 2025 relativos ao segundo semestre de 2024 face às circunstâncias já mencionadas.

No que respeita ao saldo de clientes divide-se em Clientes Gerais – 21.682,75 € (valores já recebidos em 2025) e ao saldo da Cunha & Eça Lda conforme divulgado na nota 14 - 174.367,72 € (imparidade de igual valor).

A repartição dos clientes nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Clientes	2024	2023
Clientes c/c gerais	21.682,75	
Clientes c/c Associadas	174.367,72	171.506,30
Clientes de cobrança Duvidosa	(174.367,72)	
Clientes - Total	21.682,75	171.506,30

A rubrica Outros créditos e ativos não correntes a 31 de Dezembro de 2024 inclui títulos da Caixa de Crédito Agrícola Mútua no valor de 500,00 €. Adicionalmente inclui o Fundo de Compensação de 1.312,95 €; prevê a Fundação pedir reembolso deste Fundo até 31/12/2026 apresentando provas de formação realizado ou outras despesas elegíveis. Até 31 de Dezembro de 2023 esta rubrica incluía os suprimentos e prestações suplementares realizados na Cunha & Eça, Lda. indicados no ponto 14, sendo que com a aplicação do MEP o interesse da Entidade nessa participada foi reduzido a zero.

A Administração

19

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of Maria Eduarda Vasques da Cunha de Eça

Handwritten signature of the Certified Accountant

18 – Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2024, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

Descrição	Saldo inicial	Saldo Final
Caixa	694,52	456,05
Depósitos à ordem	928 976,80	840 886,45
Outros depósitos bancários	2 000 000,00	2 260 000,00
Total	2 929 671,32	3 101 342,50

Os outros depósitos bancários são aplicações financeiras sob a forma de depósitos a prazo no valor 2.260.000,00 € que vencem juros.

Ano 2023:

Descrição	Saldo inicial	Saldo Final
Caixa	1 354,85	694,52
Depósitos à ordem	3 563 486,33	928 976,80
Outros depósitos bancários	-	2 000 000,00
Total	3 564 841,18	2 929 671,32

19 – Fundos Patrimoniais

Em 2024 as variações ocorridas na linha "Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais" da Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, respeitam aos seguintes ajustes líquidos:

- 1 - Resultados Transitados – Aplicação do Resultado positivo obtido no ano anterior de 67.230,51 €;
- 2 – Subsídios ao Investimento (IFAP) – diminuição no valor de 2.190,36 € relativos aos subsídios reconhecidos no ano;

O detalhe dos Fundos Patrimoniais é como segue (ver detalhe dos movimentos ocorridos nos anos de 2024 e 2023 na Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais):

Fundos Patrimoniais 2024	Saldo Inicial 2024	Saldo Final 2024
Fundos	8.186.835,25	8.186.835,25
Resultados Transitados	2.553.677,54	2.620.908,05
Ajustamentos/Out Var nos Fundos Patrimoniais	392.472,45	390.282,09
Total	11.132.985,24	11.198.025,39
Fundos Patrimoniais 2023	Saldo Inicial 2023	Saldo Final 2023
Fundos	8.186.835,25	8.186.835,25
Resultados Transitados	(541.175,02)	2.553.677,54
Ajustamentos/Out Var nos Fundos Patrimoniais	400.001,04	392.472,45
Total	8.045.661,27	11.132.985,24

A Administração

Maria Eduarda Vasques da Cunha de Eça
Luís António

20

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

20 – Fornecedores

A repartição dos Fornecedores nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Fornecedores	2024	2023
Fornecedores c/c gerais	28 917,83	46 345,95
Fornecedores c/c subsidiárias		
Total	28 917,83	46 345,95

Os valores em dívida estão diretamente relacionados com as actividades secundárias desenvolvidas pela Fundação.

21 – Financiamentos Obtidos

A 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 não existiam Financiamentos Obtidos; os últimos financiamentos foram liquidados no 1º semestre de 2023.

22 – Outros passivos correntes

A repartição dos outros passivos correntes nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Outros passivos correntes	2024	2023
Fornecedores de Investimentos		676,56
Adiantamentos de clientes		
Remunerações a Pagar		
Credores Diversos		
Outras Contas a Pagar		
Outros Credores por Acréscimo gastos	13 248,14	13 880,71
Total	13 248,14	14 557,27

23 – Resultado Líquido

O Resultado Líquido nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, foi o seguinte:

Resultado Líquido	2024	2023
Total dos Rendimentos	434.730,15	493.473,81
Total dos Gastos	(972.589,17)	(426.243,30)
Resultado Líquido	(435.132,97)	67.230,51

A Administração

Maria Eduarda Vasques da Cunha de Eça
 Maria Eduarda Vasques da Cunha de Eça
 Presidente

21

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

24 – Outras divulgações

1 -Eventos Subsequentes

No período que decorreu entre 31/12/2024 e a data final de preparação das demonstrações, não foram detetadas quaisquer situações que impliquem o reconhecimento de alterações às Demonstrações Financeiras reportadas a 31/12/2024 para além das referidas em 14.

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que dura há mais de três anos, continua a ser uma incerteza. A magnitude, extensão e durabilidade do mesmo torna a avaliação dos seus impactos num exercício árduo e incerto. A consequência imediata traduziu-se no aumento dos preços. Adicionalmente o conflito actual no Médio Oriente gera incertezas face ao futuro nomeadamente no que respeito ao preço futuro dos custos energéticos.

No entanto entende a Fundação, à data da apresentação das contas, que não haverá consequências diretas nos resultados de 2024 nem na atividade dos seus principais clientes. Consideramos que a Fundação apresenta meios financeiros líquidos para assegurar a continuidade nos próximos 12 meses.

2 – Proposta de Aplicação do Resultado

A Fundação no período económico findo em 31 de dezembro de 2024 realizou um resultado líquido negativo de 435.132,97 €, propondo-se que seja levado a Resultados Transitados.

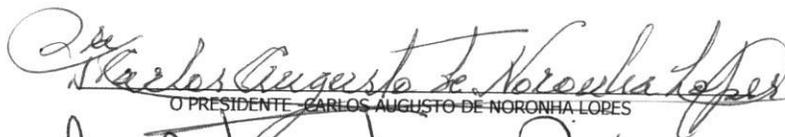
3 – Ativos e Passivos Contingentes

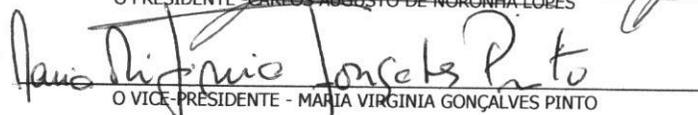
A Fundação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. Está a decorrer um processo judicial com a Câmara de Coimbra relativamente a uma indemnização por expropriação parcial da Quinta do Rangel. A esta data não é possível apurar com exactidão a quota parte do terreno expropriado e a desvalorização face ao activo existente.

Para além do acima não há Ativos e Passivos Contingentes a divulgar.

Figueira da Foz, 30 de abril de 2025

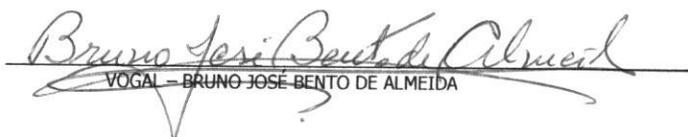
O Conselho de Administração


O PRESIDENTE - CARLOS AUGUSTO DE NORONHA LOPES


O VICE-PRESIDENTE - MARIA VIRGINIA GONÇALVES PINTO


SECRETÁRIO - ANA RITA LOPES MATOSO ABRANTES


TESOUREIRO - JOSÉ FILIPE DOS SANTOS SILVA LUCAS


VOGAL - BRUNO JOSÉ BENTO DE ALMEIDA

A Administração

22

O Contabilista Certificado

